

Relatório Preliminar de Análise de Propostas

Decreto-Lei nº18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação

Identificação do procedimento: Aquisição de Serviços para Execução de Cartografia Numérica Topográfica à Escala 1:2000 do Município de Sines

Processo n.º 2016/300.10.005/451

Aos 11 dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, pelas 10 horas, reuniu o júri do procedimento, para nos termos das alíneas b) e c) do art.º 69.º, art.º 70.º e art.º 146.º do Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação – Código da Contratação Pública, doravante designado de CCP, para proceder à análise e avaliação das propostas apresentadas e elaborar o relatório preliminar do processo de contratação destinado à Aquisição de Serviços para Execução de Cartografia Numérica Topográfica à Escala 1:2000 do Município de Sines.

Nos termos do n.º 1 do art.º 67.º do CCP o júri do procedimento foi designado por despacho do Sr. Presidente datado de 24.10.2016, tem a seguinte composição:

- Jorge Penedo, Engenheiro Informático, na qualidade de primeiro vogal efetivo que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Francisca Ferreira, Jurista, na qualidade de segundo vogal efetivo;
- Helena Leal, Jurista, na qualidade de segundo suplente;

1. Introdução

Em conformidade com o caderno de encargos e programa de concurso, o preço base foi fixado em € 60.000,00 (sessenta mil euros), devendo a prestação do serviço ocorrer no prazo de 8 meses a contar da data de assinatura do contrato. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 74.º do CCP.-

2. Pedidos de Esclarecimentos

Em cumprimento do disposto no art.º 50.º do CCP foram prestados os esclarecimentos solicitados pelos concorrentes, os quais fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

3. Apresentação de Propostas

O prazo para entrega de propostas foi fixado no dia 4 de novembro de 2016 às 17:00 horas e em cumprimento do art.º 138.º do CCP, o júri reuniu no dia sete de setembro de 2016 e procedeu à descriptação das propostas e publicação da lista dos concorrentes, ordenadas em razão do momento de apresentação da respetiva proposta na plataforma eletrónica. Verificou-se que dentro do prazo fixado apresentaram proposta os seguintes concorrentes:

- Aero – Topografica, Lda., com entrada na plataforma no dia 4 de novembro de 2016, pelas 11:12 horas;
- Viamapa – Serviços de Topografia, S.A., com entrada na plataforma no dia 4 de novembro de 2016, pelas 11:28 horas;
- CTGA – Centro Tecnológico de Gestão Ambiental, Lda., com entrada na plataforma no dia 4 de novembro de 2016, pelas 12:14 horas;
- Geoglobal – Sistemas de Informação Geográfica, Lda., com entrada na plataforma no dia 4 de novembro de 2016, pelas 14:03 horas;
- CME – Construção e Manutenção Eletromecânica, S.A., com entrada na plataforma no dia 4 de novembro de 2016, pelas 14:32 horas;
- Infoportugal, Sistemas de Informação e Conteúdos, S.A., com entrada na plataforma no dia 4 de novembro de 2016, pelas 15:08 horas;
- Socarto – Sociedade de Levantamentos Topo Cartográficos, Lda., com entrada na plataforma no dia 4 de novembro de 2016, pelas 16:40 horas;
- Municipia, S.A., com entrada na plataforma no dia 4 de novembro de 2016, pelas 16:41 horas;
- Ecorede – Engenharia e Serviços, S.A., com entrada na plataforma no dia 4 de novembro de 2016, pelas 16:50 horas.

4. Análise de Propostas

Após a análise das propostas efetuada nos termos do previsto no art.º 70.º e 146.º do CCP, o júri deliberou por unanimidade, excluir as seguintes propostas:

- Socarto – Sociedade de Levantamentos Topo Cartográficos, Lda, - Pelo facto de a codificação da proposta se encontrar incorreta/incompleta, apresentando apenas um dígito. Ora, nos termos do art.º 67º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto – diploma que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública e transpõe o artigo 29.º da Diretiva 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva 2014/25/CE, do Parlamento

Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 - sob a epígrafe "Codificação das propostas e identificação das empresas concorrentes", os dados do formulário principal devem ser objeto de codificação, cabendo ao concorrente codificar as propostas que apresenta. Resulta do nº 2 do mesmo artigo que a "codificação de cada proposta é exigível desde o início do respetivo carregamento e é feita de acordo com as regras que constam do Anexo II", ao mesmo diploma.

Por sua vez, o Anexo II, vem elencar as regras a que a codificação deve obedecer, designadamente:

- "a) O código identificador das propostas resulta da agregação de dois subcódigos, separados por um ponto, respeitantes ao lote do procedimento e à proposta propriamente dita, mesmo que não haja divisão do procedimento em lotes;
- b) O primeiro subcódigo assume o valor 0 quando não existam lotes e números de ordem a partir de 1 para identificar cada lote, quando existam;
- c) O segundo subcódigo assume o valor 0 para uma proposta base e números de ordem a partir de 1 para identificar cada proposta variante.

Por outro lado, nos termos da al. I), do art.º 146º, do CCP, sob a epígrafe "Relatório preliminar", o júri, deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que não observem as formalidades do modo de apresentação fixadas nos termos do disposto no art.º 62.º do CCP, que por sua vez remete para diploma próprio os termos a que deve obedecer a apresentação e a receção das propostas – Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Pelo que antecede, foi deliberada a exclusão da proposta apresentada pelo facto de a mesma não se encontrar codificada nos termos definidos quer pelo Anexo II, porquanto os códigos foram incorretamente introduzidos, solução claramente afastada pelo legislador, cuja preocupação chegou ao limite de exemplificar, no próprio diploma, os termos em que tais códigos deveriam ser inseridos, conforme resulta do referido Anexo II, cujo excerto a seguir se transcreve:

"Como forma de assegurar um maior esclarecimento, apresentam -se quatro exemplos de códigos de propostas:

- 0.0 Não há divisão do procedimento em lotes; proposta base;
- 0.2 Não há divisão do procedimento em lotes; segunda proposta variante;
- 3.0 Terceiro lote de um procedimento; proposta base respetiva;"
- 2.3 Segundo lote de um procedimento; terceira proposta variante respetiva."

Pelo que antecede, a codificação incorreta ou incompleta, em nosso entender, deve merecer tratamento idêntico à falta de codificação, única solução suscetível de

salvaguardar a proteção dos princípios da boa-fé, da legalidade e, bem assim, da igualdade de tratamento, aplicáveis à generalidade dos procedimentos administrativos.

- CTGA – Centro Tecnológico de Gestão Ambiental, Lda. - Com fundamento no disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 146.º do CCP, considerando que a mesma não se fez acompanhar de todos os elementos instrutórios fixados nas peças do procedimento;

Relativamente às restantes propostas apresentadas, o júri, após novo pedido de esclarecimentos, deliberou admiti-las, por se fazerem acompanhar d os elementos instrutórios fixados nas peças do procedimento, nomeadamente os fixados na cláusula 14.ª, sendo certo que os elementos em falta se traduziam em informação redundante, conforme clausulado do caderno de encargos e programa de concurso.

5. Ordenação de Propostas

Tendo por base o critério de adjudicação para o efeito fixado no convite do procedimento de ajuste direto, o júri analisou as propostas não excluídas tendo sido deliberada a seguinte ordenação:

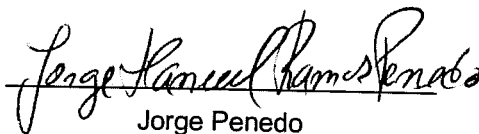
1. CME – Construção e Manutenção Eletromecânica, S.A., no valor de 28.526,19€(Vinte oito mil quinhentos vinte seis euros e dezanove cêntimos);
2. Infoportugal, Sistemas de Informação e Conteúdos, S.A., no valor de 35.735,05 €(Trinta e cinco mil setecentos e trinta cinco euros e 5 cêntimos);
3. Aero – Topografica, Lda , no valor de 35.475€(Trinta e cinco mil quatrocentos setenta e cinco euros);
4. Viamapa – Serviços de Topografia, S.A. , no valor de 43.500€(Quarenta e três mil e quinhentos euros);
5. Municipia, S.A, no valor de 39.751€(Trinta e nove mil setecentos e cinquenta e um .euro);
6. Geoglobal – Sistemas de Informação Geográfica, Lda., no valor de 49.000€(Quarenta e nove mil euros);
7. Ecorede – Engenharia e Serviços, S.A., no valor de 34.609€.(Trinta e quatro mil seiscentos e nove euros);

6. Audiência Prévia

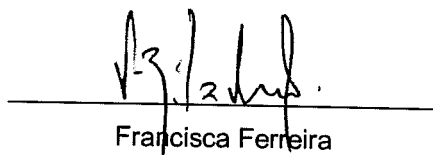
Em cumprimento do disposto no art.º 147.º do CCP, o júri irá proceder à notificação dos concorrentes, conferindo-lhes o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Sines, 11 de novembro de 2016

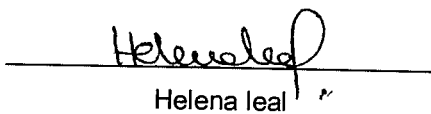
O Júri do Procedimento
Primeiro Vogal Efetivo
(em substituição do Presidente do Júri)

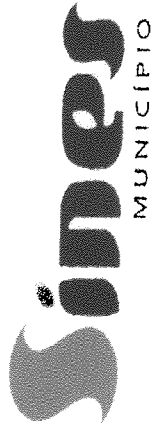

Jorge Penedo

Segundo Vogal Efetivo


Francisca Ferreira

Segundo Vogal Suplente


Helena leal



Concurso Público para Aquisição de Serviços para Execução de Cartografia

Processo 2016/300.10.005.451

Avaliação de Propostas						
Nº	Empresa	Preço	Prazo	Qualidade	Total	Posição
1	Ecorede	16,93	8,00	8,00	32,93	7
2	Município	13,50	16,00	8,00	37,50	5
4	Infoportugal	20,00	16,00	8,00	44,00	2
5	CME	20,98	20,00	8,00	48,98	1
6	Geogloba	7,33	20,00	8,00	35,33	6
8	Viamapa	11,00	20,00	8,00	39,00	4
9	Aero-Topografia	16,35	16,00	8,00	40,35	3

Concurso Público para Aquisição de Serviços para Execução de Cartografia

Processo 2016/300.10.005.451

Cláusula 14.1 Programa de Procedimento																		
Documentos que constituem a proposta																		
NR	Empresas	Valor da Propostas	Obs.	Formulário de Resposta	Poder de Representação (Procuração)	Agrupamento	Assinatura electrónica qualificada	a)	b)	c)	d)	e)	f)	g)	h)	i)	j)	Prazo
1	Ecorede	34.609,00 € a)		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			240
2	Municipia	39.751,00 €		x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	213
3	Socarto	30.000,01 €					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	206
4	Infoportugal	35.735,05 €		x	x		x	x	x	x	x	x	x	x				211
5	OME	28.526,19 € b)		x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	208
6	Geoglobel	49.000,00 €		x			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	210
7	CTGA	60.000,00 € c)																
8	Viamapa	43.500,00 €		x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	180
9	Aero-Topografia	35.475,00 €		x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	217
Preço Base: € 60.000,00																		
Preço Anormalmente Baixo: € 30.000,00																		

- a) Consórcio Ecorede - Simgaeco
b) Apresentação de justificação para o preço anormalmente baixo
c) Apresentação Declaração justificativa de não apresentação de proposta